



TODOS OS POLÍTICOS SÃO IGUAIS: O Esvaziamento do Sentido no Discurso Jornalístico

Andréia da Silva Daltoé¹
Giovanna Benedetto Flores²

A imprensa, desde sua fundação em 1808, ainda no Brasil Colônia, exerce, sem dúvida, um importante papel em nossa história, mas também tem corroborado na legitimação de práticas governamentais não alinhadas ao bem público. E isso nos leva a uma pergunta inicial: como se dá a relação entre imprensa e democracia numa formação capitalista e neoliberal como a nossa?

Destes mais de 200 anos, saltamos no tempo para chegar ao último Golpe de Estado que sofremos – o de 2016, destituindo Dilma Rousseff da Presidência do Brasil – à campanha presidencial de 2018 e à crise sanitária da Covid-19.

São três acontecimentos dos últimos tempos que afetaram diretamente a vida dos brasileiros e ainda continuam trabalhando enquanto acontecimento discursivo (PÉCHEUX, 2006) pelo modo como suas práticas vão reorganizando a memória colocada em jogo na atualidade.

Entre as várias possibilidades de nomear o momento, interessa-nos pensar o que se designa como crise política, já anunciada na preparação para o Golpe de 2016, na verdade, desde o dia do resultado da eleição que levou Dilma ao segundo mandato. Na opacidade deste processo de designação (aqui compreendido conforme Indursky (2019)), um forte efeito vai se produzir para dar conta de que o País havia mergulhado num caos durante a década anterior e, por isso, precisava de um salvador, alguém para dar jeito no que teria restado de País após os anos de Lula e Dilma. Vemos que, depois de eleito, este mesmo argumento que o levaria à vitória serviria para justificar que pouco há o que fazer, afinal, o Brasil estava quebrado, sendo “ingovernável”, segundo palavras do próprio presidente atual. A mesma “velha política”, com toda sua corrupção e atrasos, que iria evaporar, continua a servir de álibi para justificar que não há muito o que fazer, ou não resta nada a se fazer.

Nesta narrativa da crise política e sem nenhuma identificação com ideais democráticos, o governo atual passou a empreender forte luta contra as instituições. Ou seja, a narrativa de caos instalado não foi só

¹ Doutora em Letras (2011) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem – PPGCL da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, onde desenvolve e orienta pesquisas em Análise de Discurso; Líder do Grupo de Pesquisa Relações de Poder, Esquecimento e Memória (GREPEM- CNPq/UNISUL) e do Coletivo Pró-Educação (Tubarão/SC); Integrante do Grupo de Estudos Pecheutianos (GEP-CNPq/Unipampa); Email: andreiadaltoa@gmail.com.

² Jornalista (Unisinos); Mestre em Ciências da Linguagem(Unisul); Doutora em Linguística(Unicamp). Fez pós-doutorado em Ciência da Informação /Estudos Mediáticos/História da Imprensa na Universidade Fernando Pessoa, no Porto/Portugal. Docente do curso de Jornalismo da Unisul desde 2000 e, a partir de 2011, professora-pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, na Unisul. Desenvolve pesquisas em Análise de Discurso, principalmente sobre discursos da/na mídia, historicidade e discurso político. É líder do Grupo de Pesquisa Discurso, Cultura e Mídia. gbflores@gmail.com.

um dos inimigos para ganhar a eleição de 2018; continua profícua, seja para tentar vencer a de 2022, seja para levar a cabo a política para a qual este presidente serve tão bem.

Junto deste trabalho, temos o funcionamento pendular da imprensa que assume diferentes posições no interior de um mesmo jornal para produzir o efeito de pluralidade de ideias, de uma pretensa neutralidade, quando “sabemos exatamente o que fizeram na eleição passada”. É importante pontuar que o funcionamento do discurso jornalístico procura produzir sempre este efeito de neutralidade, como modo de garantir à instituição jornalística um pretense distanciamento dos fatos, como se o jornalista fosse um “observador imparcial, que não se envolve com a notícia” (MARIANI, 1998). Ao produzir o efeito de neutralidade, o discurso jornalístico apaga a historicidade e o pré-construído do acontecimento narrado, como se não houvesse memória dos fatos, determinando sentidos que interessam à própria imprensa.

É o que procuraremos observar no nosso recorte de análise, com os editoriais dos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, intitulados *Jair Rousseff*, de 22 de agosto de 2020, e *Bolsonaro, aprendiz de Lula*, de 16 de junho de 2021, respectivamente, a fim de compreender como produzem uma narrativa que “contribui na construção do efeito de realidade, das evidências de sentidos já-lá” (MARIANI, 1998, p.105).

Diferente do que se entende nas ciências positivistas, em que a narratividade é relacionada ao gênero narrativo, para a Análise de Discurso, a noção de narratividade é ligada à memória discursiva, podendo ser tomada como processo e fazendo parte do funcionamento do discurso. Segundo Orlandi (2017, p. 107), é importante “considerar a narratividade como um fenômeno da linguagem, no sentido de que ela é o modo de textualização pela intervenção do funcionamento da memória [...] A materialidade da interpretação consistiria, assim, no funcionamento da ideologia e na textualização da memória pela narratividade”.

E a pergunta que nos fazemos é: se, nesta busca por mostrar-se crítico acima de qualquer identificação partidária, um jornal não acaba contribuindo com o esvaziamento da política e do político? O que leva a uma pergunta em sequência: se não há muito o que se esperar da política no País, se todos os políticos candidátáveis são iguais, nos restaria o quê? E ainda: a quem interessa que as instituições se desfaçam, que não acreditemos mais nem em eleições? A que fim respondem este discurso e suas práticas?

Isso nos levou, nesta pesquisa ainda inicial, a pensar o esvaziamento da política e do político no discurso jornalístico, de modo a tentar desnaturalizar tais efeitos e buscar encontrar para onde aponta a direção destes sentidos. Para isso, estamos entendendo a política como o conjunto de práticas de organização e controle do Estado; e o político, conforme Orlandi (2014, p. 27), como espaço de divisão do sentido e do sujeito, marcando-se nas relações de poder aí simbolizadas. Para nós, esta perspectiva do político como divisão, determinando a direção dos sentidos e que vai se marcar na língua, pode nos ajudar a problematizar o discurso jornalístico quando este se coloca como não identificado a uma figura política ou outra, tentando sustentar que seu conteúdo analisa os problemas políticos imparcialmente e apenas.

Como recorte de análise, trazemos os editoriais dos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, intitulados *Jair Rousseff* em 22 de agosto de 2020 e *Bolsonaro aprendiz de Lula* em 16 de junho de 2021, respectivamente. Considerando que o editorial assume o papel de representar a ideia de um

determinado veículo – seu posicionamento ideológico –, analisaremos como materialidade os enunciados que produzem o sentido de que *Bolsonaro é Dilma* e *Bolsonaro é Lula*, conforme sugerem os títulos.

Olhando para nossa materialidade, parece que três questões nos ajudam a pensar o engendramento do político na língua:

- a) A estrutura do enunciado, cuja sintaxe coloca em jogo o que serviria como sujeito e como predicado;
- b) A força do verbo *ser*, que produz um efeito de verdade no lugar de um: “parece com” ou “seria como”;
- c) A questão do nome próprio que se coloca aí como referente e como qualidade do referente, provocando uma sobreposição.

Procurando, como nos ensina Pêcheux (2011, p. 284), colocar em causa a transparência da língua por meio destas pistas, perguntamos: neste um pelo outro entre Jair, Dilma e Lula, temos uma relação não de semelhança, mas de igualdade? O que se anula da história de um em detrimento de outro? Que tipo de equivalência se trata ao aparelhar estas figuras políticas?

Se, conforme Maingueneau (2002, p. 183-185), “o nome próprio designa diretamente seu referente [...] um objeto particular presumidamente já identificado pelo co-enunciador”, como ficaria o jogo de um nome por outro nos editoriais em questão? Distanciando-nos desta relação referencial, Paveau (2015, p. 260) nos diz, que, longe de ser o vazio de sentido como em alguns estudos linguísticos, o nome próprio ativa sentidos memoriais e experienciais segundo seus contextos de produção. Também Guimarães (2002, p. 42) nos ajuda, dizendo que “a referência resulta do sentido do nome constituído por seu funcionamento no acontecimento enunciativo”.

Ao analisar, portanto, o trabalho proposto pelos editoriais, estamos diante, usando palavras de Guimarães (2002, p. 39), do percurso social do nome, que não se coloca de forma homogênea, funcionando univocamente, mas é determinado pela força do efeito de temporalidade do acontecimento.

Nas palavras de Pêcheux (2011, p. 155), “a questão da realidade da referência se encontra de fato ‘colocada em suspenso’ em uma série de efeitos discursivos, indo do boato político (em suas relações ambíguas com a ‘história divertida’) à história-ficção, passando por diferentes formas de mitologia”. Eis o funcionamento da própria metáfora: “‘uma palavra por outra’ é a definição da metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso” (PÊCHEUX, 1988, p. 301): um nome por outro e os sentidos que se fazem nesta relação intervalar do ser/não poder ser, cuja ancoragem em um registro falso ou em uma história “bem contada” pode sempre deslizar. Assim, “sob o ‘mesmo’ da materialidade da palavra abre-se então o jogo da metáfora, como outra possibilidade de articulação discursiva... Uma espécie de repetição vertical, em que a própria memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase” (PÊCHEUX, 2010, p. 53).

Neste esburacamento, trabalha a tentativa dos jornais: ao procurarem dizer de uma imparcialidade que só funciona enquanto efeito, enquanto ficção, acabam contribuindo com a indistinção das pessoas nomeadas e, portanto, com o esvaziamento da política quando sugerem que, se são a mesma coisa, Jair, Dilma, Lula, não teria o que ter sido feito nem em 2018 nem em 2022? Ou querem desfazer estes nomes, embaralhando-os sob o mesmo naipe, para abrir caminho para o quarto nome, ou melhor, a terceira via?

Em seu texto *Sobre a Revolução*, tradução de *On revolution* de 1963, Arendt (2011) recupera o sentido de Revolução, que originalmente era um termo astronômico: palavra latina que designava um

movimento regular e necessário dos astros em suas órbitas, ou seja, um movimento nem novo, nem violento, apenas cíclico e recorrente. A etimologia da palavra vai ajudar a autora a mostrar que muitas das Revoluções que vivemos, na verdade, não pretendiam nada novo, mas sim a manutenção do velho. Nessa perspectiva, a ideia de uma história que se dá em termos cronológico e linear, cumprindo um curso natural, vai ajudar a pensar que as coisas acontecem quando/como têm de acontecer, nada podemos fazer para evitar este curso. Para a autora, em muito, o que faz a Revolução é garantir o ciclo inalterável e supostamente “natural” entre ricos e pobres, sob o argumento da sedução de que ambos gozarão dos mesmos benefícios com o novo mundo. A repetida sedução da ideia de igualdade e liberdade, mesmo que à custa de violência, perdas e mortes.

Parece que os jornais aqui analisados contribuem nesta direção: a da inevitabilidade do movimento político, que pouco há o que fazer, restando-nos a conformação, a apatia política. Enquanto pensamos que é tudo igual, não adianta lutar, nem escolher, nada de transformação, tudo continua como deve continuar. Apaga-se a historicidade, some-se com a luta de classes.

REFERÊNCIAS

- ARENDETT, Hannah. **Sobre a Revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**. Campinas, SP: Pontes, 2002.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2002.
- MARIANI, Bethânia. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)** Rio de Janeiro: RJ, Revan; Campinas: SP, Unicamp, 1998
- ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio: no movimento do sentido**. Campinas, SP: Pontes, 2002.
- ORLANDI, Eni P. **Ciência da Linguagem e política: anotações ao pé das Letras**. Campinas, SP: Pontes, 2014.
- ORLANDI, Eni P. **Eu tu ele: discurso e real da história**. Campinas: SP, Pontes Editores, 2017.
- PAVEAU, Marie-Anne. **Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.
- PÊCHEUX, Michel. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.
- PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. *In*: ACHARD, P.; DAVALLON, J. (org.). **Papel da Memória**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.